

Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas
em São Tomé e Príncipe**

ORGANIZADORES

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

Ficha Técnica

Título: Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas
Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

Organizadores: Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

Colaboração: Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

Autores: Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunziato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

Revisão: Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Financiamento e Apoios: FCT, CPLP, Delta

Organização do Seminário: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

Outros Apoios no âmbito do Seminário: FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

Local: Lisboa

Ano: 2009

1.ª Edição (Janeiro 2009)

Tiragem: 400 exemplares

Capa e Maquetização: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Edição: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.
Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa
e-mail: gerpress@sapo.pt

Depósito Legal: 287.969/09

ISBN: 978-989-96094-0-2

Turismo, Culturas Tradicionais e Identidades em São Tomé e Príncipe

Nuno Alarcão¹ (Centro de Estudos Africanos/ISCTE), Brígida Rocha Brito² (CEA/ISCTE), Joana Marques³ (CEA/ISCTE)

Introdução

A investigação enquadra-se no âmbito do Projecto “O Impacto do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares” (PTDC/AFR/69094/2006) em curso no Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MCTES).

São Tomé e Príncipe surge como um país dotado de elementos particulares de ordem demográfica, sociocultural, produtiva e económica, mas também referentes à organização social e política, que resultaram da conjugação de factores como a localização geográfica, o clima e o percurso histórico.

Actualmente, a sociedade santomense é marcada por influências múltiplas, podendo definir-se como uma sociedade miscigenada e crioula. A miscigenação cultural que a História de São Tomé e Príncipe retrata representa um primeiro passo no sentido da construção de novas identidades, conferindo, neste sentido, traços de mosaico cultural.

I. Metodologia

A investigação que tem vindo a ser desenvolvida (2007-2010), consiste numa análise comparativa entre realidades insulares, a saber, os arquipélagos de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde.

Do ponto de vista metodológico tem sido privilegiada a recolha de informação através da aplicação da técnica quantitativa do inquérito por questionário a unidades familiares residentes na proximidade dos projectos turísticos. De forma complementar, têm sido utilizadas técnicas qualitativas formais através da realização de entrevistas semi-directivas a representantes de órgãos institucionais e a promotores de projectos turísticos e ambientais. Além destas técnicas, tem-se privilegiado a recolha de informação através de métodos informais,

- ¹ Autor principal, sociólogo e Mestre em Estudos Africanos, membro da equipa de investigação do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), “Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”, CEA/ISCTE.
- ² Socióloga e Doutora em Estudos Africanos, coordenadora do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), “Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”, CEA/ISCTE.
- ³ Socióloga e Mestranda em Economia Social e Solidária (ISCTE), membro da equipa de investigação do Projecto PTDC/AFR/69094/2006 financiado Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), “Os Impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”, CEA/ISCTE.

nomeadamente, recorrendo ao estabelecimento de contactos com informantes privilegiados e conversas informais, assim como a prossecução da técnica da observação directa.

A continuidade da investigação com aplicação das diferentes técnicas de recolha tem sido possível graças à realização de visitas com acompanhamento das acções em curso. No caso de São Tomé e Príncipe, têm sido visitados os projectos da Roça de S. João com o Projecto RoçaMundo, a Escola de Campo de Diogo Vaz, o Jalé Ecolodge e o Mangrove Tour no Rio Malanza, o Jardim Botânico do Bom Sucesso e a iniciativa do Grupo Pestana no Ilhéu das Rolas.

2. Contexto Histórico

São Tomé e Príncipe é um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento de natureza arquipelágica, localizado na subregião da África Central, referenciado a partir do Oceano Atlântico e constituído por duas ilhas principais – a ilha de São Tomé e a ilha do Príncipe – e um conjunto de Ilhéus que, em maioria não são habitados (Brito, 2004).

O arquipélago foi oficialmente descoberto e colonizado pelos portugueses durante a segunda metade do século XV, tendo-se traduzido numa importância económica tardia para a metrópole, face a outras prioridades ultramarinas. Durante o período colonial, as ilhas tiveram um importante papel, principalmente enquanto entreposto comercial (Seibert, 2001), estabelecendo a ligação entre os três principais pontos de valor económico para a metrópole: a Europa; o Continente Africano; e o Brasil, já que simbolizava um local de passagem para o comércio de escravos (Brito, 2004).

Do ponto de vista socioproductivo, o país caracterizou-se pela existência de ciclos evolutivos, dominados pela produção de monoculturas, também definidas como plantações de exportação, até se tornar politicamente independente a 12 de Julho de 1975. Assim, registaram-se três fases principais denominadas de: ciclo da cana-de-açúcar, a partir dos finais do séc. XV; ciclo do café, a partir da segunda metade do século XVIII; ciclo do cacau, durante o séc. XIX.

Durante todo o período colonial, novas vagas de colonos ocuparam progressivamente o território, procedendo à acção de desflorestação de parcelas da floresta virgem, ocupando a terra, muitas vezes recorrendo a métodos ilícitos inclusivamente através do uso da força. Além dos portugueses, os escravos e os colonos eram provenientes de diferentes locais, destacando-se o Congo, Benin, Angola, Gabão e Guiné, havendo ainda registos de crianças espanholas de ascendência judia (MPF, 1998). Perante as naturais dificuldades de adaptação às ilhas, que resultou num elevado índice de mortalidade, a miscigenação foi estrategicamente estimulada, dando origem à criação de uma nova estrutura social constituída por população mestiça (MPF, 1998). Este processo promoveu a emergência de

situações de aculturação através de assimilação, consolidação e integração de valores e de práticas culturais diferenciadas, bem como de um conjunto de línguas e de dialectos que foram evoluindo ao longo do tempo (Brito, 2004). Com trabalho assente na mão-de-obra escrava, proveniente em particular de Angola, Moçambique e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe sofreu alguns momentos conturbados com revoltas.

Do ponto de vista social e político, os grupos crioulos, de ascendência portuguesa, distinguiram-se pela disponibilidade de riquezas, adquirindo estatuto e prestígio, favorecendo o surgimento de um novo grupo, os “filhos da terra” ou “forros” (PNUD, 1998). Esta classe social fez emergir os novos proprietários de terras e dos escravos, representando simultaneamente a aristocracia local caracterizada pela criouliização e que assumiu a gestão directa de recursos. Com base nas diferentes origens demográficas, actualmente considera-se existirem grupos sociais com características particulares, entre os quais se destacam, em São Tomé, os Angolares, os Forros ou Mestiços, os Tongas e os Cabo-verdianos e, no Príncipe, os Moncós.

3. Surgimento das Roças

As roças eram unidades agrícolas onde se produzia a partir do sistema de monocultura, e que consistiam em estruturas socioeconómicas e políticas de grande importância. Tratava-se de verdadeiros Estados dentro do Estado que ocupavam a maioria do território, sendo que o poder administrativo público não interferia nas grandes decisões internas. Esta realidade foi mantida até à independência. As roças eram controladas por famílias influentes, e mais tarde por empresas, que dominavam os circuitos socioeconómicos internos e externos, o que indiciava o poder económico e a autonomia jurídico-política. Estas unidades produtivas eram dotadas de um sistema fechado regendo-se por leis próprias, dispondo de autonomia produtiva, de alojamentos, da senzala, da igreja, do hospital e da escola.

Efectivamente, a autoridade do Estado acabava nos portões das roças, onde o roceiro era patrão e senhor. Era frequente, os roceiros saírem da capital para as roças, quer em busca de melhores ares, quer para se abrigar temporariamente do poder central (Alarcão, 2005). Ao longo da História sempre existiram conflitos entre os roceiros e o representante na ilha do poder central, com exemplos de governadores afastados por iniciativa dos roceiros. De qualquer modo, uns precisavam dos outros, e isso reflectia-se, por exemplo, na contratualização ou política de contratos realizados fora de São Tomé e Príncipe, visando o fornecimento de mão-de-obra para as roças, já que os forros estavam livres deste regime de contratualização. Inicialmente oriundos de Angola e Moçambique, a partir dos anos 40, os contratados provinham essencialmente de Cabo Verde, facto que contribuiu para o grande peso actual de população com esta origem, residente no país.

O grupo dos roceiros conheceu alterações ao longo da História. Se inicialmente era constituído pelos proprietários, seria depois formado pelos administradores, primeiro militares e pessoal qualificado, e depois, com o declínio da produção, por europeus oriundos de classes económicas desfavorecidas, cuja ascensão profissional e social se processava na roça ao longo de anos e por vezes de décadas.

Também nos seus serviçais, as roças exerciam um efeito de aculturação. Culturalmente desenraizados, depois da política de europeização, seguiu-se, no século XX, uma política de indigenização dos serviçais, que resultava no “encapsulamento das várias comunidades angolanas, moçambicanas, cabo-verdianas e outras. Isto permitia uma maior paz social nas roças e uma menor capacidade de integração no meio envolvente às roças.” (adaptado de Nascimento, 2001)

4. Identidades Culturais versus Turismo

A definição de uma identidade cultural em São Tomé e Príncipe parece não ser uma tarefa simples, já que é perceptível a existência de uma grande multiplicidade de elementos culturais que fundamentam a emergência de diferentes referenciais identitários, dependendo dos grupos em análise. Estes elementos culturais de origens múltiplas foram assimilados e integrados na cultura nacional através de processos de aculturação, recriando identidades fundamentadas em representações e manifestações culturais, práticas sociais e sistemas simbólicos próprios. A diversificação das nacionalidades, agregada aos aspectos culturais, motivou o surgimento de novas identidades, criando, por seu lado, novas lógicas de interação, fomentando formas alternativas de aculturação na cultura santomense motivada pelo mosaico estrutural.

A vida cultural santomense tem sido fortemente marcada pela tradição oral e pelo costume com transmissão de geração para geração, valorizando-se os relatos e a reprodução de contos e fábulas, sem que, na maioria dos casos, existam referências escritas e documentais (Brito, 2004). O teatro popular tem igualmente adquirido grande importância enquanto elemento de reforço das identidades locais, já que as peças teatrais são caracteristicamente dançadas e animadas com gestualização exagerada, retratando situações e personagens tipificadas. São exemplos dos elementos culturais mais importantes:

- as línguas locais, entre as quais o forro, o crioulo, o angolár e o moncó;
- a música e as danças, como o Socopé, o Puíta, o Bulawé, a Ússua, o Bligá e a Dêxa;
- as representações teatrais, como o Tchiloli ou Tragédia do Marquês de Mantua e do Imperador Carlos Magno, o Auto de Floripes ou de São Lourenço e o Danço-Congo;
- a gastronomia crioula, como o Calulu, a Cachupa ou o Molho no Fogo;

- as festas devotas e religiosas, incluindo procissões;
- os rituais festivos como o Djambi;
- a arquitectura mista, que intercala traços caracteristicamente coloniais com a construção tradicional;
- o artesanato e as artes plásticas.

A influência histórico-cultural da mão-de-obra escrava e contratada que passou ou povoou o país foi determinante para a identificação de elementos culturais que hoje conferem identidade ao povo santomense, nomeadamente os dialectos regionais que continuam vivos, apesar da utilização oficial da língua portuguesa. A origem santomense é assim o resultado da mescla étnica, possibilitada pela concentração no mesmo espaço físico de indivíduos de origens diversas. Apesar da cultura santomense aparentar um carácter mestiço e híbrido, resultado da mistura de elementos de origens geográficas distintas, é possível identificar traços caracterizadores dos grupos comunitários, por se traduzirem em símbolos e práticas culturais que conferem identidade.

As manifestações culturais tradicionais de São Tomé e Príncipe revestem um incensurável interesse turístico por exteriorizarem referências identitárias de grande importância para as comunidades locais. Para o visitante a essência das características culturais nem sempre se torna perceptível, pelo desconhecimento dos elementos específicos que naturalmente dificulta a sua identificação. Na maioria das situações, o visitante reconhece referências que consegue apreender como elementos marcados pela autenticidade, por acreditar serem genuínos e instrumentos de aproximação entre modos de vida diferenciados. De acordo com Kracauer (Fortuna, 1996), a prática turística promove o culto pela distração, no sentido de produzir, durante o período de tempo em que a viagem decorre, uma análise distorcida da realidade. Este entendimento evidencia o problema da autenticidade enunciado por McCanell (1989). Na verdade, aquando da deslocação, o turista é motivado por ambientes genuínos, em que pode contactar com comportamentos, atitudes e hábitos tradicionais e espontâneos, diferentes dos que encontra na sociedade de onde é originário (Brito, 2004). Assim, o turismo pode ser entendido como um instrumento para incentivar a manutenção e a preservação cultural através da valorização da autenticidade dos traços culturais pré-existentes, promovendo a originalidade, a diferença, a particularidade e a especificidade sociocultural.

5. Resultados

Apesar da cultura santomense aparentar traços crioulos ou mestiços, em resultado da miscigenação de elementos de origens geográficas distintas, é possível identificar referências identitárias caracterizadoras dos diferentes grupos comunitários. Os estudos

desenvolvidos têm permitido confrontar os fenómenos observados com as questões inicialmente levantadas. A interacção dos povos promovida pela actividade e prática turísticas desencadeia diferentes construções sociais. Contudo, para o visitante estrangeiro nem sempre se torna perceptível a identificação dos elementos culturais específicos de cada grupo comunitário. As manifestações culturais tradicionais de São Tomé e Príncipe revestem interesse turístico requerendo planeamento e divulgação, já que são a garantia da preservação da identidade das comunidades locais e consistem num factor motivacional da procura turística que não deverá ser esquecido. Foi através das interacções culturais que ao longo do tempo se foram recriando e constituindo novas identidades, originando de forma consequente a emergência de novas formas de interacção entre os povos.

As populações garantem a preservação identitária recorrendo ao Ambiente, assegurando a melhoria das condições de vida através da sustentabilidade e preservação quer dos recursos patrimoniais naturais e construídos, quer da conservação dos ecossistemas, desencadeando novas formas de rentabilização dos recursos naturais sem que estes sejam postos em causa. Desta forma, a valorização do Ambiente origina um reforço das identidades fomentando o respeito pela valorização do espaço e da cultura, criando mecanismos de preservação dos mesmos em termos individuais e comunitários. É necessário que as populações locais estejam dotadas de instrumentos capacitantes para a valorização do património local garantindo simultaneamente a preservação cultural.

Bibliografia

- ABREU, Margarida e ALARCÃO, Nuno (2000). Diferentes faces da igualdade – Estudo de caso sobre a multietnicidade na Quinta das Sapateiras (Loures), Universidade Autónoma de Lisboa, Departamento de Ciências Humanas, Curso de Sociologia, Lisboa.
- ALARCÃO, Nuno (2005). O Turismo como forma de Desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Mestrado em Estudos Africanos – Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão, Lisboa.
- BRITO, Brígida (2004). Turismo Ecológico: uma via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe. Lisboa, ISCTE (Tese de Doutoramento, ISBN: 978-989-8154-11-8)
- BRITO, Brígida (2007). A importância da Educação Ambiental na promoção do Turismo africano em área protegida. Análise de estudos de caso, Actas do I Congresso de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galiza (CEIDA, 2007, ISBN-13: 978-84-690-7996-6)
- FORTUNA, Carlos (1995). Turismo, Autenticidade e Cultura Urbana in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 43, Outubro.
- McCANNELL, D. (1989). The tourist. A new theory of the leisure class. Nova Iorque, Schocken Books.
- MPF (1998). São Tomé e Príncipe, uma retrospectiva. Estudo Nacional de Perspectiva a Longo Prazo, Projecto STP/95/004, Ministério do Planeamento e Finanças.
- NASCIMENTO, Augusto (2001). Mutações sociais e políticas em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX e XX: Uma síntese interpretativa. Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento.
- PNUD (1998). Relatório do Desenvolvimento Humano São Tomé e Príncipe. San Sebastian, Egia.
- SEIBERT, Gerhard (2001). Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em S. Tomé e Príncipe. Lisboa, Vega.